EDUCAÇÃO AMBIENTAL: A IMPORTÂNCIA DE PRATICAR GESTÃO, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ECONOMIA SUSTENTÁVEL HARMONIOZAMENTE

JOSÉ MARIA STANZANI

RESUMO

Como praticar gestão, educação ambiental e economia sustentável harmoniosamente com eficácia dentro de uma organização? As teorias que tentam descrever a relação entre desempenho ambiental e desempenho econômico apresentam duas visões. No centro dessas questões estão a empresa e sua capacidade de gerenciar melhor as restrições ambientais. O objetivo do estudo é analisar a interface entre gestão e educação ambiental, nos processos de gerenciamento socioambiental em organizações públicas. O estudo é uma revisão bibliográfica. As empresas enfrentam desafios significativos na identificação, estimativa e rastreamento de seus custos ambientais. Essas dificuldades podem então levar à incapacidade de avaliar adequadamente os impactos dos projetos de conservação ambiental. A hipótese é de que com uma boa gestão, as empresas públicas alcancem o nível esperado pela sociedade, o Desenvolvimento Sustentável.

Palavras-chave: Gestão. Ambiente. Sustentabilidade. Desenvolvimento Ambiental.

1 INTRODUÇÃO

A gestão ambiental em empresas industriais e em empresas públicas evoluiu consideravelmente nas últimas décadas e agora ultrapassa o quadro legislativo simples. As políticas ambientais, os mercados e as expectativas dos vários interessados colocam as empresas diante de novos desafios cuja percepção e controle podem ter impactos significativos em termos de competitividade. Os comportamentos e posições que as organizações adotam em relação às questões sociais e ambientais variam amplamente (DRECHSLER, 2002).

A justificativa para este estudo está na necessidade de verificar o porquê que alguns ainda consideram o meio ambiente como um centro de custo, enquanto outros veem oportunidades. A comparação das estratégias e práticas implementadas pelas autoridades públicas e as empresas, no entanto, tende a demonstrar que a medida do sucesso permanece acima do todo econômico.

Dentro deste contexto, surge uma pergunta de pesquisa: Como praticar gestão, educação ambiental e economia sustentável harmoniosamente com eficácia dentro de uma organização? As teorias que tentam descrever a relação entre desempenho ambiental e desempenho econômico ainda apresentam duas visões. A teoria "tradicionalista" sustenta que essa relação é uniformemente negativa e que o desempenho econômico diminui estritamente com o aumento do desempenho ambiental, enquanto a teoria "revisionista" descreve um relacionamento sob a forma de “U” invertido: desempenho ambiental e econômico poderia, até certo ponto, ser melhorado em conjunto (BARBOSA et al., 2014a).

Estudos empíricos, com o objetivo de testar essas duas visões, não permitem decidir claramente: situações de "win-win", bem como situações de "win-loose". Os impactos econômicos das estratégias ambientais não são, portanto, homogêneos (CHAPUIS, 2006). No centro dessas questões estão a empresa e sua capacidade de gerenciar melhor as restrições ambientais. De fato, as organizações têm todo interesse em melhorar seu desempenho econômico e analisar corretamente os riscos e oportunidades que enfrentam em termos de gerenciamento ambiental.

O objetivo do estudo é analisar a interface entre gestão e educação ambiental, nos processos de gerenciamento socioambiental em organizações. Aqueles que estão mais em condições de identificar questões ambientais estratégicas e respostas efetivas a elas, devem ser bem-sucedidos na criação de uma sinergia entre a melhoria ecológica e a criação de valor. Tendo como objetivos específicos: Descrever conceitos e definições voltados para o tema em questão.

Hipoteticamente, com uma boa gestão, as empresas tendem a alcançar o nível esperado pela sociedade. Teorias e estudos empíricos destinados a descrever e testar as relações entre desempenho ambiental e desempenho econômico também provam as situações de ganha-ganha, através do qual estes dois desempenhos são melhorados em conjunto. Os projetos de prevenção da poluição também ilustram esse ponto. No entanto, as empresas enfrentam desafios significativos na identificação, estimativa e rastreamento de seus custos ambientais. Essas dificuldades podem então levar à incapacidade de avaliar adequadamente os impactos dos projetos de conservação ambiental.

O estudo é uma revisão bibliográfica. Pesquisas do tipo tem o objetivo primordial à exposição dos atributos de determinado fenômeno ou afirmação de relações entre as variáveis. Assim, recomenda-se que apresente características do tipo: analisar a atmosfera como fonte direta dos dados e o pesquisador como um instrumento interruptor; não agenciar o uso de artifícios e métodos estatísticos; tendo como apreensão maior a interpretação de fenômenos e a imputação de resulta-

dos; o método deve ser o foco principal para a abordagem e não o resultado ou o fruto; a apreciação dos dados deve ser atingida de forma intuitiva e indutivamente através do pesquisador (GIL, 2008). Várias bibliografias de autores com expressão significativa em campo científico foram pesquisadas, oportunidade que trouxe as principais ideias adicionadas, tendo como alvo fundamentar a proposta deste trabalho.

2. DESENVOLVIMENTO

Quando o termo "ambiente" é usado, não é óbvio que todos atribuam o mesmo significado a ele. Portanto, é necessário, antes de qualquer discussão, defini-lo precisamente. Uma primeira abordagem refere-se ao ambiente como sendo no sentido mais amplo de tudo o que rodeia o homem. Chapuis (2006, p.16) define o ambiente como "Todas as condições naturais (físicas, químicas, biológicas) e culturais (sociológicas) susceptíveis de afetar organismos vivos e atividades humanas".

Uma segunda abordagem enfatiza os links que existem entre os componentes do meio ambiente e as sociedades humanas. Assim, para o geógrafo, o conceito de ambiente refere-se à "existência de relações recíprocas entre um grupo de referência e seu meio ambiente" (BARBOSA et al., 2014a, p.201).

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DE CONCEITOS

2.1.1 O Antropoceno

Começando com as ciências da terra e geociências, inovações conceituais como 'análise do sistema terrestre' ou 'ciência do sistema terrestre' trouxeram uma perspectiva nova e mais integrativa que olhou para todo o sistema terrestre e incluiu tanto os humanos quanto as forças naturais (CAMARGO; CAPOBIANCO e OLIVEIRA, 2002). Nos níveis regional e local de análise, os pesquisadores começaram a expandir as noções ecológicas de ecossistemas para 'sistemas socioecológicos', que eles analisaram tendo em vista sua resiliência ou, mais recentemente, seu potencial transformador. Esses sistemas complexos e altamente integrados dificilmente deixam espaço para as dicotomias tradicionais de 'humanos' versus seu 'ambiente' (MAY; LUSTOSA e VINHA, 2003).

2.1.2 A emergência do conceito de sustentabilidade

O desenvolvimento geral da humanidade nas últimas décadas levou a mudanças climáticas e desastres naturais cada vez mais desfavoráveis, mas também a guerras e instabilidade política e socioeconômica. Por meio de sua ação, os humanos têm impactado negativamente o meio ambiente, colocando em risco a sobrevivência da Terra e das gerações futuras (VEIGA, 2006).

Essas condições têm indicado mudanças de comportamento visando uma gestão mais racional e eficiente de todos os recursos, o que permitirá menor pressão e impacto ambiental. Considera-se dentro de si um comportamento responsável que garanta a exploração dos recursos em longo prazo, sem comprometer as gerações futuras (VEIGA, 2006).

O conceito de desenvolvimento sustentável evoluindo na década de 70 e principalmente na década de 80 do século passado. O conceito de desenvolvimento sustentável baseia-se na apreciação de desenvolvimento (desenvolvimento socioeconômico alinhado aos condicionantes ecológicos), no conceito de necessidades (redistribuição dos recursos para garantir a qualidade de vida de todos) e no conceito de gerações futuras (possibilidade de utilização de recursos a longo prazo para garantir a qualidade de vida necessária às gerações futuras) (STERN, 2014).

2.1.3 Condicionantes biofísicos do desenvolvimento

Tem sido um assunto de controvérsia por mais de dois séculos que se pode esperar um crescimento econômico ilimitado em um mundo dotado de recursos finitos, se os limites biofísicos são fatores importantes na determinação das tendências futuras de crescimento econômico. Com recursos naturais escassos e crescimento exponencial da população, é questionado se pode alcançar o crescimento econômico indefinidamente (CAMARGO; CAPOBIANCO e OLIVEIRA, 2002).

A tecnologia deve ser percebida como o escape “final” do problema de escassez de recursos ou a tecnologia contribui para uma maior deterioração ambiental? O capital feito pelo homem é igualmente substituível com o capital natural? Estas são algumas questões políticas levantadas pelos economistas (i) malthusianos, (ii) neoclássicos e (iii) ecológicos no contexto dos limites biofísicos ao crescimento. Os economistas malthusianos argumentaram que não se pode esperar que a atividade econômica cresça indefinidamente, a menos que as taxas de crescimento populacional e / ou a taxa de utilização de recursos sejam efetivamente controladas (FARIAS, 2010).

Os limites para o crescimento econômico podem advir do esgotamento dos recursos essenciais e / ou da degradação em grande escala do ambiente natural. Os economistas malthusianos forneceram uma relação funcional simples entre população, crescimento e escassez de recursos. Eles postularam que a quantidade total de terra

disponível para a agricultura é imutavelmente fixa, enquanto o crescimento da população é limitado pela quantidade de alimentos disponíveis para subsistência, e a população humana invariavelmente aumentará onde os meios de subsistência aumentam (FARIAS, 2010).

2.1.4 Sustentabilidade forte e fraca

A sustentabilidade fraca pressupõe que o capital natural e o capital manufaturado são essencialmente substituíveis e considera que não há diferenças essenciais entre os tipos de bem-estar que geram. A única coisa que importa é o valor total do estoque agregado de capital, que deve ser pelo menos mantido ou idealmente aumentado para o bem das gerações futuras. Nessa perspectiva, não importa se a geração atual consome recursos não renováveis ou despeja CO2 na atmosfera, desde que sejam construídos maquinários, estradas e portos suficientes em compensação (CAMARGO; CAPOBIANCO e OLIVEIRA, 2002).

Tal posição leva a maximizar compensações monetárias para degradações ambientais. Além disso, de uma perspectiva de sustentabilidade fraca, o progresso tecnológico é assumido para gerar continuamente soluções técnicas para os problemas ambientais causados pelo aumento da produção de bens e serviços (MAY; LUSTOSA e VINHA, 2003).

2.1.5 Externalidade

A externalidade é um resultado positivo ou negativo de uma determinada atividade econômica que afeta um terceiro que não está diretamente relacionado a essa atividade. A erosão e o escoamento de produtos químicos causados pela construção de estradas, que causam poluição da água mais a jusante, são um exemplo de externalidade negativa. Em comparação, um aumento de contribuintes com altos rendimentos, resultante de uma universidade sendo construída em uma área de baixa renda com oportunidades limitadas de ensino superior, é um exemplo de externalidade positiva. Ryan et al. (2005) argumentam exemplos de externalidade:

- Meio ambiente: Maior / menor poluição da água e do ar, mais / menos emissões de gases de efeito estufa, degradação ou reabilitação de terras e habitats, desmatamento ou reflorestamento, perda / ganhos de biodiversidade.

- Social: Perda de empregos tradicionais, geração de novos empregos, aumento / diminuição de salários, impactos na saúde humana e custos de saúde, efeitos nas tendências de urbanização e meios de subsistência rurais, mudanças no tamanho do espaço público, conflitos sociais, contribuição para a educação e construção de habilidades.

- Econômico: Contribuição para o desenvolvimento econômico (indicadores: PIB, PIB verde), efeitos sobre os preços de terras e imóveis, perdas / ganhos de receita nos setores afetados, novas oportunidades de comércio, comercialização e aceleração da inovação tecnológica.

2.2 A PROBLEMÁTICA DA DEGRADAÇÃO AMBIENTAL E SUAS IMPLICAÇÕES À ABORDAGEM DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Em relação à definição do termo "ambiente" explicado anteriormente, definese a "degradação ambiental" como a deterioração, devido às atividades humanas, das condições naturais que constituem o ambiente de vida das espécies vivas (humanos, animais, plantas). Diferentes abordagens para a degradação ambiental foram desenvolvidas para compreender e descrever os mecanismos que o geram para finalmente dimensionar as políticas ambientais adequadas. Barbosa (et al., 2014b) distingue as abordagens econômicas e não econômicas da degradação ambiental.

O problema relacionado com o conceito de 'ambiente' é a própria questão do que é 'o ambiente'. Tradicionalmente, o termo 'ambiente' evoca uma dicotomia cartesiana de humanos versus 'natureza'. Natureza e pessoas são conceitualmente distintas. Essa distinção binária, novamente, encontrou críticas generalizadas. Essas críticas vêm, primeiro, das humanidades e da virada pós-humanista nesse campo, muito revigoradas pelo debate Antropoceno (STERN, 2014).

Aqui, inúmeros escritores enfatizam que natureza é uma construção social que não pode mais ser um ponto de referência para a ação política, visto que toda 'natureza' hoje foi moldada pela ação humana ou é afetada por atividades humanas. Termos como conservação da natureza, por exemplo, são inadequados dentro de um enquadramento do Antropoceno, pois nada é deixado fora do domínio da influência ou alcance humano (STERN, 2014).

2.2.1 Abordagens não-econômicas

No que refere às abordagens não econômicas, duas principais lógicas devem ser distinguidas de acordo com o fato do homem ou a natureza estar no centro da preocupação:

- Abordagem antropocêntrica: Na abordagem antropocêntrica "O homem é a finalidade do mundo". Drechsler (2002, p. 16) considera que a poluição ambiental deve ser necessariamente aceita se a sociedade dese-

ja continuar a realizar atividades econômicas industriais. A proteção do meio ambiente é então um objetivo ético, e não econômico, levando em consideração os valores públicos escolhidos coletivamente. Na opinião de Dreschler, os regulamentos ambientais devem, em última instância, ser o veículo para os esforços para evitar exceder os limites ecológicos permitidos. Deve-se notar que se refere à existência de um custo de controle de risco ambiental que é muito maior do que o ganho ambiental obtido como um fator que justifica a aceitação da poluição (DRESCHLER, 2002).

- A abordagem ecocentrada: Na abordagem "ecocêntrica", reconhece-se que a espécie humana tem obrigações em relação a outras formas de vida (DRECHSLER, 2002). Esta hipótese faz uso da teoria desenvolvida por Taylor (1986), que confere deveres do homem contra "objetos vivos selvagens" por causa do valor inerente dessas entidades que possuem um caráter de singularidade. Reconhecer o seu valor intrínseco implica a recusa em tratá-los como se existissem para fins humanos. Finalmente, a concepção de direitos morais para animais e plantas implica o sacrifício parcial dos interesses humanos e, portanto, não permite exceder os limites ecológicos da sociedade (DRECHSLER, 2002).

2.2.2 Abordagens econômicas

O debate entre essas duas abordagens também é evidente nas abordagens econômicas destinadas a levar em conta a degradação ambiental:

- A difícil integração nas teorias neoclássicas: Deve-se notar que o ambiente foi levado em conta relativamente cedo nas teorias relacionadas ao desenvolvimento da sociedade. Antheaume (1999] e Levet (2002) referem-se, desde o início do século XIX, à realização, proveniente do trabalho de Darwin, esse homem pertence a uma natureza em mudança, que ele é, até provável que evolua ou mesmo se transforme. Alguns escritores, engenheiros ou economistas destacam, portanto, os efeitos adversos da industrialização na poluição. Jevons (1865 apud Fernandes et al., 2012.), entre outras coisas, realizou trabalhos sobre o esgotamento dos recursos naturais e mais particularmente sobre a "questão do carvão" no Reino Unido (LEVET, 2002). No entanto, essas correntes de pensamento que tentam reconstruir a economia serão largamente ignoradas pelo pensamento econômico dominante, composto principalmente de teorias neoclássicas e socialistas. Após o crescimento econômico do século XX e especialmente após a Segunda Guerra Mundial, o aparecimento da deterioração da natureza com consequências em termos de custo nas transações torna o meio ambiente um fenômeno de mercado. Da década de 1960 aos anos 70, vê-se o desenvolvimento de uma "economia ambiental" (Levet, 2002), cujos fundamentos são encontrados principalmente no trabalho sobre o esgotamento dos recursos naturais e os efeitos adversos da poluição industrial (PHILIPI et al., 2004).

- Economia ambiental contra economia ecológica: A economia do meio ambiente e os recursos naturais podem ser comparados com a abordagem antropocêntrica. Esta teoria econômica, que, como já visto, se encaixa mais amplamente na desenvolvida no contexto da economia neoclássica, afirma que o meio ambiente é um dos subsistemas da economia e que, como tal pode ser gerenciado de acordo com o princípio da oferta e demanda. O objetivo é, antes, estabelecer as condições de melhoramento do bem-estar social, que é a soma do bem-estar de cada indivíduo na sociedade (PHILIPI et al., 2004).

Se considerar a redução da poluição, esta última só é socialmente vantajosa quando a melhoria do bem-estar das vítimas é maior que a diminuição do bem-estar dos poluidores. Em segundo lugar, a economia ambiental deve permitir explicar a existência de poluição excessiva como resultado de uma divergência entre interesse privado e coletivo (PHILIPI et al., 2004). A diferença entre o custo suportado pelo agente econômico e o dano imposto à sociedade (o custo social) constitui o custo da externalidade negativa (FAUCHEUXL, 1995).

A economia ecológica difere das correntes neoclássicas, argumentando em particular que a economia é um subsistema do sistema geral da natureza. A avaliação puramente monetária adotada pelo neoclássico é, portanto, rejeitada nos modelos desenvolvidos pela economia ecológica (LEVET, 2002). Neste contexto, os valores societários são considerados como tendo uma vida maior do que a do indivíduo. O objetivo desejado, difere do ótimo ideal neoclássico e se reflete na determinação de um objetivo social comum que pode ser associado à criação de uma sociedade sustentável (DRECHSLER, 2002).

2.3 SISTEMAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEIS

O extrato da NSAI (2009) descreve em termos relativos os principais antecedentes dos padrões SGA (Sistemas de Gestão Ambiental) e as formas em que são implementados. As questões ambientais e a necessidade de proteção do meio ambiente são foco de crescente preocupação e, ao longo dos últimos anos, os governos, as empresas e o público estão exigindo uma resposta razoável e efetiva.

As "Cúpulas da Planeta" dos líderes mundiais no Rio de Janeiro e em Quioto trouxeram muita atenção a essas questões e encorajaram passos tangíveis para o desenvolvimento sustentável, o que permitiria uma

prosperidade econômica contínua sem comprometer as futuras gerações.

Muitas empresas e organizações responderam positivamente ao desafio de contribuir para desenvolvimento econômico e prosperidade de forma a respeitar o meio ambiente. Eles estão implementando ativamente programas economicamente viáveis que reduzem os impactos ambientais adversos de suas operações e que resultam em benefícios sustentados para todas as partes (BARBOSA et al., 2014b).

Os padrões SGA foram desenvolvidos como ferramentas para permitir o gerenciamento de organizações para identificar, gerenciar e controlar melhor suas atividades que podem afetar o meio ambiente. Por uma análise sistemática dos aspectos das operações de uma organização e pela quantificação dos impactos sobre o meio ambiente desses aspectos, a organização pode responder de forma planejada e coordenada (BARBOSA et al., 2014b).

Definir metas e objetivos claros em relação ao desempenho ambiental dá orientação à organização, reduzindo o desperdício e uso de energia, substituindo recursos não renováveis, evitando riscos, boa cidadania e aprimoramento de imagem. Isso contribui para aumentar a confiança dos interessados, vantagem competitiva e viabilidade em longo prazo (NSAI, 2009). Embora haja uma série de SGA, na prática, o sistema de ecologia e auditoria emitido pela UE (EMAS) e a série padrão internacional ISO 14000 são os SGA mais frequentemente aplicados (BARBOSA et al., 2014b).

2.3.1 Características dos padrões SGA

Os padrões do sistema de gestão ambiental foram desenvolvidos no início da década de 1990 em vários países. O primeiro padrão foi aprovado pela British Standards Institution (BSI) em 1992 e tornou-se modelo para o padrão internacional ISO 14001, elaborado nos anos 1991-1996.

O EMAS europeu foi adotado em 1993 (EEB, 2003). O ISO 14000 especifica um conjunto de medidas a serem incorporadas no sistema de gerenciamento de uma empresa com o objetivo de lidar com os aspectos ambientais de forma sistemática, incluindo os seguintes elementos principais (Ryan et al., 2005): Definição de uma política ambiental que inclua objetivos de desempenho; avaliação dos aspectos ambientais; identificação de obrigações legais; estabelecimento de um programa de gestão ambiental; definição de procedimentos para atingir os objetivos; e monitoramento do sistema e melhorias.

O EMAS europeu baseia-se no padrão internacional, mas contém requisitos adicionais: Revisão ambiental inicial; verificação independente; um sistema de credenciamento para verificadores; declarações ambientais validadas; envolvimento dos funcionários; e normas e metodologias para a pegada de carbono industrial.

2.3.4 A agenda 21

Esta parceria global deve basear-se nas premissas da resolução 44/228 da Assembleia Geral, de 22 de dezembro de 1989, que foi adotada quando as nações do mundo pediram a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e sobre a aceitação da necessidade de tomar uma abordagem equilibrada e integrada de questões ambientais e de desenvolvimento. A Agenda 21 aborda os problemas urgentes de hoje e também visa preparar o mundo para os desafios do próximo século.

Isso reflete um consenso mundial e um compromisso político ao mais alto nível no desenvolvimento e na cooperação ambiental. Sua implementação bemsucedida é, em primeiro lugar, a responsabilidade dos governos. Estratégias, planos, políticas e processos nacionais são cruciais para alcançar isso. A cooperação internacional deve apoiar e complementar esses esforços nacionais (BARBOSA et al., 2014b).

Neste contexto, o sistema das Nações Unidas tem um papel fundamental a desempenhar. Outras organizações internacionais, regionais e sub-regionais também são chamadas a contribuir com esse esforço. A participação pública mais ampla e o envolvimento ativo das organizações não governamentais e outros grupos também devem ser encorajado. Os objetivos de desenvolvimento ambientais da

Agenda 21 exigirão um fluxo substancial de recursos financeiros novos e adicionais para os países em desenvolvimento, a fim de cobrir os custos incrementais das ações que devem assumir para lidar com os problemas ambientais globais e acelerar o desenvolvimento sustentável.

2.4 ENFOQUE DA POLÍTICA AMBIENTAL, DO PLANEJAMENTO E DA GESTÃO AMBIENTAL

O meio ambiente, como a economia, não é mais considerado de forma independente. Do ponto de vista da sociedade como um todo, ao dimensionar uma política ambiental, o bem-estar deve ser melhorado globalmente, o que, por simplicidade, equivale a lucrar (por exemplo, a remoção de um poluente que faz com que um ambiente fique mais limpo) pelo menos igual ao custo gerado (custo de implementação, impacto na competitividade e emprego, etc.). Essa abordagem, que envolve a tomada em consideração das interações entre os valores econômi-

cos, ambientais e sociais de uma nação ou de uma organização, é refletida através da noção de desenvolvimento sustentável (PHILIPI et al., 2004).

O conceito de desenvolvimento sustentável é relativamente novo e o significado associado a ele ainda é debatido hoje. No entanto, é possível propor uma definição comum e principalmente aceita, especialmente por organismos internacionais. É então necessário falar de desenvolvimento sustentável no sentido do termo da "ONU". É, na verdade, dentro das Nações Unidas que o processo de caracterização e definição do conceito foi iniciado.

2.5 A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO AMBIENTAL NAS EMPRESAS PÚBLICAS

Muitas empresas hoje estão demonstrando seu compromisso com o desenvolvimento sustentável. Essas conversões para ficar visível, hoje mostram seu compromisso com o desenvolvimento recente que são no setor privado, não são iguais ao entusiasmo das grandes empresas no setor público. Nos últimos anos, eles parecem convencidos da utilidade de seu compromisso (LA POSTE, 2013).

A forte atração das empresas públicas ou do setor público pelo desenvolvimento sustentável está sujeita a perguntas. Responsabilidade social e ambiental. No caso das empresas públicas, e particularmente no caso de empresas públicas recém-competitivas e recentemente privatizadas, o posicionamento é muito diferente. As suas obrigações de serviço público eram, de fato, mais restritivas e a sua função social (nomeadamente através da igualdade tarifária ou patrimônio) mais evidente do que hoje. Portanto, surge a questão de por que é importante aplicar uma gestão ambiental numa empresa pública e também apresentar uma estratégia de desenvolvimento sustentável, a resposta está no “desenvolvimento ambiental”.

2.5.1 Desenvolvimento sustentável (DS) como consequência lógica de boa gestão

As empresas públicas às vezes são desafiadas quanto à falta de eficiência econômica. Esta meta, pelo menos parcialmente aplicada a empresas públicas, no entanto, é inteiramente consistente com uma estratégia de Desenvolvimento Durável (DD) (CAPRON e QUAIREL-LANOIZELÉE, 2004). E ela está em dois níveis. Por um lado, a DS coloca o desenvolvimento econômico como uma das áreas prioritárias de qualquer atividade. Em segundo lugar, leva em conta a opinião de todas as partes interessadas e não é um único Estado cujo Tribunal de Contas frequentemente denunciou a má qualidade do seu controle sobre as empresas públicas. Com isso em mente, o Comissariado Geral do Plano, encarregado de pronunciar-se sobre a questão da transformação do papel do Estado no serviço público, foi defendido:

> O estabelecimento a nível nacional e local de estratégias de interesse geral sem pôr em perigo o bom funcionamento dos mecanismos competitivos ou a abertura do capital das grandes empresas estatais para que o Estado único ou acionista maioritário não pode ser suspeitado de agir de acordo com seus próprios interesses (CAPRON e QUAIREL-LANOIZELÉE, 2004, p.121).

Com estes dois aspectos tendo em conta o interesse geral e a abertura do capital, o DS aparece como uma continuação lógica do serviço público, mais comparado a este, uma vez que reconcilia o interesse geral em curto e longo prazo. A DD também tem a dupla vantagem de ser compatível tanto com uma concorrência de empresas quanto com a manutenção de um serviço universal.

Mesmo que seja menos exigente do que a prestação de um serviço público (fornece apenas compensações financeiras em troca da manutenção de missões que devem ser realizadas por empresas), pode parecer incompatível com uma estratégia de rentabilidade pura, incluindo devido às dificuldades em avaliar o serviço prestado e, portanto, sua compensação financeira (CGP, 2000). Mesmo que o serviço universal não especifique nada sobre igualdade de tratamento, por exemplo, uma das principais mudanças no serviço público desde os anos 80 e 90 é a transformação gradual dos usuários em clientes (FARIAS, 2010).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consideração da degradação ambiental foi realizada pela primeira vez independentemente das teorias econômicas. As primeiras políticas elaboradas pelas autoridades públicas basearam-se em abordagens regulatórias destinadas a garantir um nível de proteção do meio ambiente como um ambiente de vida para espécies vivas que seja satisfatória para humanos. Esta abordagem foi claramente baseada em uma visão antropocêntrica da sociedade.

Posteriormente, as autoridades públicas introduziram cada vez mais instrumentos de segunda geração de teorias econômicas (impostos, subsídios, licenças de emissão), com o objetivo principal de alcançar o menor custo possível de um determinado nível, preservação selecionada. Essa abordagem, no entanto, permanece enraizada em uma visão antropocêntrica, onde a aceitação da poluição se justifica quando o custo de controle de riscos ambientais é maior do que o

ganho ambiental obtido. Este último ponto foi na origem do surgimento da necessidade de quantificar economicamente os custos das ações de preservação do meio ambiente, mas especialmente dos benefícios induzidos por estes últimos.

Assim, como já visto, a formulação do conceito de desenvolvimento sustentável ainda não foi acompanhada de uma mudança de paradigma à qual as teorias fortes e claramente estabelecidas seriam anexadas. Os mercados são um aumento gentil da mudança no contributo para o desenvolvimento sustentável, as autoridades públicas devem desempenhar um papel importante e contribuir para a transformação de uma nova ideologia política em ação. Os governos devem, portanto, aumentar ainda mais os incentivos que convencerão a indústria de que a preservação ambiental é lucrativa.

As mudanças descritas (implementação de instrumentos econômicos, associação de novas formas de valor com bens ambientais, etc.) refletem ainda o fato de que as autoridades públicas buscam estabelecer sinais fortes e perceptíveis, e facilmente mensuráveis pelos agentes econômicos. O objetivo é, através desses sinais, incentivar uma mudança de comportamentos, especialmente industrial, para que o meio ambiente seja integrado em estratégias corporativas como uma questão que deve ser gerenciada de forma proativa no interesse do desenvolvimento econômico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTHEAUME, N., Avaliação de Custos Externos - Da Teoria à Prática: Interrogação sobre a evolução da contabilidade social e seu lugar entre outros sistemas de informação dentro da empresa, Tese de Doutorado, Universidade de Nice Sophia-Antipolis, Instituto de Administração de Empresas, 1999.

ARAVO, Aravo Soluções - Aravo Sustentabilidade, 2009. Disponível em: <http:www.aravo.com/solutions/ sustain.html>. Acesso em: 12 set. 2022.

BARBOSA, RILDO PEREIRA et al. Gestão Ambiental. Editora Erika, 2014A.

BARBOSA, RILDO PEREIRA et al. Meio Ambiente. Guia prático e didático. Editora Erika, 2014B.

CAMARGO, A.; CAPOBIANCO, J.P.R.; OLIVEIRA, J. A. P. (org). Meio ambiente Brasil. Avanços e obstáculos pós Rio92. São Paulo: Instituto Socioambiental; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 460p. 2002.

CAPRON M., QUAIREL-LANOIZELÉE F. Mitos e realidades da empresa responsável, La Découverte, coll. Alternativas Econômicas, Paris, 2004.

CARBON TRUST (2007), Foot Footprint - Introdução às Organizações, Disponível em: <http:www.carbontrust.co.uk/publications/ publication detail? Productid = CTL004>. Acesso em: 01 out. 2022.

CHAPUIS, P. Prospectiva do meio ambiente, desenvolvimento sustentável e estratégias de empresas: as várias leituras do meio ambiente, presidente da CNAM de prospectiva industrial, suporte de curso PRS 211, 2006.

DRECHSLER, C. Comportamento e desempenho da proteção ambiental na empresa industrial: proposição de uma teoria particular do processo de decisão de investimento ambiental, Tese de doutorado, Escola de Estudos Comerciais, 2002.

FARIAS, S.C.G. Espaço de participação social nas questões ambientais do município de Rio das Ostras: O caso do Conselho Municipal de Meio Ambiente. Interscience Place, vol.1, no. 14. 2010.

FAUCHEUX, S., Noël, JF, Economia dos recursos naturais e do meio ambiente, Armand Colin, 1995.

FERNANDES, V., MALHEIROS, T.F., PHILLIPI JR, A., SAMPAIO, C.A.C. Metodologia de avaliação estratégica de processo de Gestão Ambiental municipal. Saúde Social, vol. 12, no. 3, p. 128–143, 2012.

FIJALKOW Y. Usuários ou consumidores? France Telecom ou a desregulamentação do serviço público, Presses Universitaires du Mirail, Toulouse, 2006.

FREEMAN RE, Gestão Estratégica: Uma Abordagem de Interessados, Boston, Pitman-Ballinger, 1994.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HOSKEN, M. [viewed 10 October 2014]. Gestão Ambiental Pela ISO 14001. Disponível em: <http://www.qualidade.adm.br/meio-ambiente/ISO_1400 1_GESTAOAMBIENTAL. pdf>. Acesso em: 01 out. 2022.

LA POSTE, para um futuro mais forte, 1º Relatório de Desenvolvimento Sustentável, Grupo La Poste, 2013. Disponível em: http: // www. laposte. fr / artigo. php3? id_article = 1502 #. Acesso em: 12 set. 2022.

LEVET, AL, Impacto Econômico das Políticas Ambientais: Efeitos de Custo e Competitividade das Empresas Aeronáuticas, Tese de Doutorado, Universidade do Pantheon-Assas, Paris II, 2002.

MAY, P.H.; LUSTOSA, M.C. VINHA, V. da. Economia do meio ambiente – Teoria e prática. Rio de Janeiro Elsevier, 318 p. 2003.

NATIONAL STANDARDS AUTHORITY OF IRELAND (NSAI) (2009), ISO 14001 - Environmental Management Systems, Disponível

em: http://www.nsai.ie/index. cfm / area / page / information / ISO14001EMS>. Acesso em: 15 out. 2022.

ONU, Relatório da Comissão Mundial do Meio Ambiente: Nosso Futuro Comum, Nações Unidas - Desenvolvimento e Cooperação Econômica Internacional: Meio Ambiente, A / 42/427, 318p, 1987.

PHILIPI JR, A; ROMERO, M.A.; BRUNA, G.C. (Eds.). Curso de gestão Ambiental. Barueri, SP; Manole. 2004.

POSTEL N., Rousseau S., Sobel R., "A" Responsabilidade Social e Ambiental de Empresas: uma potencial reconfiguração da relação salarial fordista? Economia Aplicada, LIX Volume, 4,2006, p. 77-104, 2006.

ROMEIRO, A.R. (Org) Avaliação e contabilização de impactos ambientais. Campinas, SP: UNICAMP; São Paulo, SP:Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004. 400 p.

RYAN, P., DUNDON, T., BYRNE, E. e SHOVLIN, S. (2005), Relatório de filial para o setor de transporte rodoviário na Irlanda, NUI Galway, Disponível em: <http://www. fr.eurofound.eu.int/ewco / employment / documents / RoadIreland.doc>. Acesso em: 14 out. 2022.

STERN, N. A Economia das Alterações Climáticas, 2014. HM Treasury, Disponível em: <http://www. hm-treasury.gov.uk/independent_reviews/ stern_review_economics_climate_change / stern_review_report.cfm>. Acesso em: 22 out. 2022.

VEIGA, J. E. da. Meio ambiente & desenvolvimento. São Paulo, Ed. Senac, 2006.